

## A suficiência como categoria de verdade em Tucídides<sup>1</sup>

Pedro Barbieri

**Resumo:** Durante a composição de sua obra, Tucídides se deparou com dois problemas principais: o relato do passado e do presente, cada qual exigindo um processo epistemológico específico e, ao mesmo tempo, fiando-se em uma avaliação do que pode ser de fato narrado. Seguindo alguns apontamentos de Grethlein (2010), pretendo apresentar as soluções adotadas por ele, explorar as diferenças e parentescos entre elas e seus objetos próprios, e ainda esboçar um comentário mais abrangente a respeito de tais expedientes em uma escala maior, fazendo uso da tipologia de eficiência proposta por Santos (2007).

**Palavras-chave:** Tucídides, Historiografia, Metodologia, Epistemologia

**Abstract:** During the composition of his work, Thucydides was faced with two major problems: reporting the past and present, each requiring a specific epistemological process and, at the same time, relying on an assessment of what can actually be narrated. Following Grethlein (2010), I intend to present the solutions adopted by him, to explore the differences and kinships between these solutions and their own objects, and even sketch a more extensive appreciation regarding such expedients on a larger scale, using the efficiency typology proposed by Santos (2007).

**Keywords:** Thucydides, Historiography, Methodology, Epistemology

Pode-se dizer, *in abstracto*, que para participar da construção de um discurso realizado no presente, o passado sempre necessita de um resgate e, portanto, de uma dupla avaliação: 1) de que *modo* será realizado esse resgate e 2) *até onde* o recorte do passado deve ser feito, ou seja, pergunta-se por um método e por uma definição particular do objeto em análise e, evidentemente, do seu horizonte *necessário* de eventos, na tentativa de entrever um fio de contiguidade unívoca e etiológica entre diferentes momentos da história que tivesse um ponto de partida fixo e claro: uma espécie de *tabula rasa ad hoc*. Teríamos um exame que toma o passado apenas de forma resultativa e, por assim dizer, didática, posto que, para operar discursivamente o transcorrido, recorre-se, em geral, a uma redução artificial da plurivalência própria dos fatos, o que periga cair em uma fixidez dependente da subjetividade de um avaliador, seja em decorrência de um

---

<sup>1</sup> Agradeço profundamente ao professor Breno Battistin Sebastiani pelos diversos comentários feitos, que em muito enriqueceram o meu texto. Os equívocos que persistem são de minha exclusiva autoria.

interesse ou de um desconhecimento<sup>2</sup>. É o caso de uma hiperseleção e afunilamento: determina-se um objeto, o que lhe é primário e contingente, comprime-se o seu sentido e apresenta-se dele um retrato compartimentalizado, como que destacado das inúmeras linhas interseccionáveis a partir das quais se dá a experiência humana. Trata-se da limitação ao mesmo tempo de uma capacidade epistêmica e do seu recurso expressivo correspondente, o *logos*.

Tal limitação já foi tratada por Sexto Empírico, médico e filósofo cético dos sécs. II-III d.C., ainda que ele não tenha mencionado Tucídides explicitamente. Mesmo assim, o seu argumento expõe muito adequadamente as dificuldades do historiador ateniense ao tratar de dois itens importantes: o fato de que a história “não é técnica” e, além disso, de que sua matéria é “desorganizada” (*átekhnon êinai kai ek tês améthódou hýles tynkhánein*, *Ad. Math.* 2.254). Estabelecendo as devidas correspondências com o que já foi dito, 1) a ausência de técnica diz respeito ao *modo* de resgate dos eventos passados, enquanto que 2) a desorganização da matéria se refere evidentemente ao problema intrínseco do *objeto próprio* do historiador, visto que, tanto diacrônica quanto sincronicamente, as experiências humanas não se dão de modo seccionado mas entrecruzado. Dando-se um passo além, cairíamos na artificialidade de um recorte conveniente, que ficcionaliza a abertura própria das ações fixando-as em narrativas arazoantes; de outro modo, porém, caso sejam reconhecidas as valências e os enraizamentos *multifatoriais e equipotenciais* das experiências, a matéria própria do historiador seria indefinida, podendo, em última análise, operar um resgate *ad infinitum* das causas mais remotas de qualquer tema proposto. Portanto, fala-se ou com a possibilidade de erro ou não se fala de forma alguma. O meu intento é defender por que se deve adotar a primeira opção e como essa é, inclusive, a posição de Tucídides. Para

---

<sup>2</sup> Subrepticiamente, encarar eventos pretéritos desse modo periga enveredar pela teleologia excessiva caso não se faça a ressalva da *autonomia intencional* de determinadas situações em relação a certos desdobramentos que extravasam o seu horizonte de consequências previsto. Cf. Quentin Skinner. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. *History and Theory* vol. 8, no. 1 (1969): 6: “The perpetual danger, in our attempts to enlarge our historical understanding, is thus that our expectations about what someone must be saying or doing will themselves determine that we understand the agent to be doing something which he would not — or even could not — himself have accepted as an account of what he *was* doing” (grifo do autor); cf. ainda p. 23, quando Skinner comenta sobre a “mitologia da prolepse”. Para um diagnóstico menos refutatório do que se imagina e que de certo modo complementa e sustenta essa visão, cf. Martin Jay, “Intention and Irony: The Missed Encounter Between Hayden White and Quentin Skinner”. *History and Theory* vol. 52, no. 1 (2013): 34-5.

tanto, pretendo inicialmente discutir alguns problemas no argumento cético e naquilo que irei chamar, com alguma liberdade, de “corrente neoestruturalista”.

\*\*\*

Começando pelos problemas céticos e, mais especificamente, a questão do retrocesso *ad infinitum* — que é um problema de definição de matéria, de estabelecimento de um *finis* —, a refutação básica que pode ser feita é não pela qualidade do que se propõe, que é relativamente válida, mas pelo grau, isto é, a excessividade teórica do argumento, que não faz concessão e sequer se deixa mediar pela verificação de seus termos na realidade empírica<sup>3</sup>. A falácia aqui está numa *reductio ad absurdum* que impede a investigação aprioristicamente. Trata-se de um problema *representacional*, isto é, busca-se evidenciar uma contrafactualidade natural dos efeitos de determinado *modus operandi* pela seleção e representação *ad hoc* de uma terminologia fenomenológica que, propondo-se enquanto um espelho nítido do que critica, deforma sutilmente o examinado de forma a gerenciar uma incongruência que em hipótese sempre esteve lá<sup>4</sup>. No entanto, o problema não se reduz apenas a isso: tal reflexão acaba partindo de um pressuposto velado que não é necessariamente factivo, a saber, de que haveria uma nivelção qualitativa total dos fatores que ensejariam determinado evento visado, como se não fosse possível distinguir o necessário do contingente. É essa distinção que garante o interrompimento do retorno *ad infinitum*: a matização hierárquica (vertical) da multifatorialidade. Porém, em cima disso, há ainda outra crítica comum que se resumiria ao seguinte: a quem ficaria legada a decisão de discernir entre um e outro tipo de causa, entre a causa propriamente dita, i.e., a diferença específica que serviria de estopim ou poderia ser encarada como o evento mesmo *in nuce*, e o acidental? Evidentemente que, no caso, ao historiador. Disso se explora uma outra fragilidade no elo da produção de

---

<sup>3</sup> Diante dessa reflexão, um cético mais obstinado poderia fazer uso do clássico *simulation argument*, frente ao qual seria possível argumentar, que, conquanto não tenhamos certeza se, em sua causa primeira, a realidade empírica é *de fato* real, ele teria que concordar, todavia, que é dentro dessa *experiência conjunta* em que operamos. Trato justamente da realidade empírica entendida dessa forma: não de especulações sobre a sua natureza última, tampouco sobre *double entendres* embutidos *a posteriori* no raciocínio aqui apresentado, mas desse *common ground* empírico, posicionamento esse que, como tratarei adiante, considero ser o adotado por Tucídides.

<sup>4</sup> Veste-se um fenômeno em pauta com um contrassenso que não é empiricamente observado, demonstrando-o hipoteticamente impossível (ainda que efetivamente constatado), como é o caso do paradoxo de Zenão a respeito de Aquiles e a tartaruga (Arist. *Phys.* VI 9 239b15).

conhecimento: o próprio investigador, duvidando-se (mais uma vez aprioristicamente) da sua capacidade de lidar com os fatos<sup>5</sup>. O escape para esse aparente impasse cético se entrelaçaria com uma abordagem que (novamente: com alguma liberdade) chamo aqui de “neoestruturalista” e da qual podemos ver indícios, por exemplo, em um Martin Jay: o texto abordado somente em conformidade com o que ele abre; o texto como possibilidade do futuro, de suas ramificações e consequências, cujo passado deveria ser relegado ao imponderável, ao imperscrutável, ou que ainda seria como que infrutífero<sup>6</sup>. Há duas

---

<sup>5</sup> A declaração fundamental é: o arrazoamento discursivo se daria de forma dependente às lacunas epistemológicas do observador e, quando não, seria somente uma justificativa *post hoc* conveniente à sua perspectiva *hipersubjetiva*. A tentativa de descobrir os móveis de determinado texto-evento seria apenas uma maneira de alinhar o dissonante e variegado em uma camisa de força epistêmica, sujeitando o fenômeno ao conceito — o único beneficiário de tal tratamento do objeto seria, então, aquele que fabricou tal camisa de força e os demais que compartilhariam das flutuações dessa mesma vontade. (O que já é inválido se considerarmos que o contexto de criação intelectual se dá amiúde em uma comunidade e que esta tende a funcionar como um dispositivo automático de correção da aventura *hipersubjetivista* sem enraizamento no seu objeto.) Ora, se o argumento se fundamenta em uma análise da psicologia pré-determinada do investigador, esse mesmo raciocínio poderia ser dobrado contra seu próprio autor, no sentido de que tal ideia não foi considerada mediante um hipotético reconhecimento neutro dos fatos, mas procedente de configurações subjetivas de um pesquisador com determinados interesses, sejam eles conscientes ou não. O argumento redundaria na sua própria invalidade e inverificabilidade, pois, se isso é fato, quem quer que o propusesse já impediria a confirmação de sua veracidade. Se, no entanto, alguém tentasse defendê-lo mesmo assim, teria de recorrer à ideia muito cômoda de se tratar de um argumento providencial, uma exceção, um vislumbre da verdade em meio ao *determinismo psicológico* que ele tão arduamente prega. O caso é que apoucar a produção de conhecimento tendo em vista a subjetividade absoluta é cercear até mesmo a promoção de um debate, pois estaríamos lidando com a automática reprovação sistemática de toda argumentação, baseada na ininteligibilidade intrínseca a qualquer diálogo com visadas epistemológicas — teríamos apenas dois monólogos autárquicos concorrendo sem entrelace. Qualquer construção discursiva estaria legada ao imponderável, inclusive a sua própria. O argumento psicologizante resvala no ceticismo ao pegar o *shortcut* da “subjetivização” excessiva do conhecimento, que padeceria, por extensão, de seus mesmos impasses. O problema aqui é se tratar de uma proposta excessivamente polarizada: ao voltar-se somente para as semelhanças e homologias negativas ou precárias entre o conhecimento e o produtor de conhecimento, o analista assim estabelecido dá as costas para as dessemelhanças e alteridades positivas e possíveis entre uma e outra instância.

<sup>6</sup> Martin Jay, “Historical Explanation and the Event: Reflections on the Limits of Contextualization”. *New Literary History* vol. 42, no. 4 (2011): 567-9; e, ainda que Claude Romano faça uma crítica ao estruturalismo, tendo em vista o enfiamento ao texto que essa corrente propõe (cf. “La règle souple de l’herméneute”. *Critique* vol. 818, no. 7 (2015): 464), não se pode deixar de notar que ele próprio incorre em problemas com alguns argumentos da sua proposta hermenêutica, com a qual, em outros momentos, me afilio. Ao tentar desfiar a autoridade do criador de um texto até os limites, Romano de certa forma se irmana com o estruturalismo no que diz respeito a um distanciamento exacerbado do contextualismo; cf. o seu “Compréhension d’un texte et intention d’auteur”, in *L’Intention*, ed. Mélika Ouelbani e Hans-Johann Glock. Tunis: Université de la Sorbonne Paris IV e Presses de l’Université de Tunis, 2010: 77-84. Para esclarecer o que quero dizer com essa terminologia: em suma, entendo por “estruturalismo” uma excessiva circunscrição do texto a ele mesmo. Com “neoestruturalismo” tento me referir à limitação do texto ao que ele *promove*, descolando-o de sua matriz tanto interna quanto contextual, como se ele estivesse sido realizado *ex nihilo*, e com um enfoque hipnotizado na *recepção* do texto; trata-se de uma abordagem inadvertidamente teleológica por considerar o texto apenas de forma *consequencial*. “Neoestruturalismo”, tal qual adoto, nada mais seria que o estruturalismo próprio da teoria da recepção muito em voga. Como fundamento a seguir, o consequencialismo demasiado engendra uma nova forma de circunscrição.

questões nisso: 1) tal proposta não *resolve* o problema do recorte etiológico do qual decorre certo texto-evento, mas apenas *desvia o olhar*, ou seja, *suspende* em vez de entender; e 2) é flagrante que essa tentativa de se sobrelevar ao critério da resultatividade tem como consequência óbvia, parece-me, se equivocar no mesmo aspecto, uma vez que, se o texto não é encarado como resultado de causas pretéritas, ele é, ainda assim, compreendido como causa de resultados vindouros. Não se supera a relação de causa e efeito ou, por outra, de antes e depois. A investida contra a contextualização acaba se sustentando em dois pontos muito frágeis, o extravio epistemológico por um lado, i.e., a flexão do problema de fato por meio de uma solução que se dirige a um segundo problema, e a autossabotagem por outro, já que se cai no mesmo problema, ainda que em outros termos. O deslocamento da análise, que objetiva expandir o horizonte investigativo, manobra uma adulteração da problematização do texto-evento, destituindo-lhe o suporte a partir do qual ele veio a ser e fazendo terra rasada de todos os seus dilemas empíricos — sai-se pela tangente e a expansão rumo ao possível se contrai na indefinição de um *cul de sac* teórico: a abertura interpretativa que se abre sem retorno ao texto é a tautologia do exercício sem raiz, uma realidade sedutora mas para-realista.

Há uma segunda contestação contra a alegação cética que corresponde ao *modus cognoscendi* do historiador ou, mais precisamente, à impossibilidade de haver uma forma fidedigna de apreensão do passado; contudo, o argumento da ausência de técnica é facilmente invalidado em seu aspecto mais genérico: qualquer abordagem, em última instância, depende das exigências de seu próprio objeto, e isso se descobre não apenas com critérios fixos, mas também *tentando*. O experimentalismo bem embasado, em toda a sua vulnerabilidade, é, de qualquer modo, o tipo mais incisivo de método, destituído que está de pré-concepções sobre como deve se comportar e maleável o bastante para testar formas diversas de lidar com o que se lhe apresenta<sup>7</sup>. Sendo assim, qualquer abordagem que se debruce sobre o seu objeto, esteja ela estabelecida ou não, substitui a ideia pronta de *técnica* e introduz a oportunidade de um *fazer técnico* por intermédio da exploração. O problema do modo de investigação histórico se resolve justamente nas *tentativas de fazer história*. A ideia de “técnica” historiográfica (ou, melhor dizendo,

---

<sup>7</sup> Aqui vale mencionar mais uma vez o artigo recente de Romano que argumenta justamente acerca dessa maleabilidade própria da experiência metodológica (“La règle souple de l’herméneute”, 475-9).

“técnicas”) é uma consequência disso<sup>8</sup>. O fato de se identificar uma problemática não aniquila automaticamente todo e qualquer exame, mas, na realidade, *justifica* tal empreitada. Disso se nota que a posição cética irrestrita, nesse caso, é mais sintomática do horizonte de consciência limitado daquele que a adota do que do objeto criticado. O ceticismo predica antes o cético do que o seu alvo.

\*\*\*

A solução tucidiana transita exatamente no limiar entre o esboço metodológico e a certeza do que não seria produtivo para a sua investigação. É um *locus* de experimentação, não um processo fechado que aprisiona o seu objeto de pesquisa, apagando-lhe as franjas empíricas inadequadas. Dito isso, é evidente que o historiógrafo tem critérios. Nesse sentido, vale rememorar a já gasta passagem conhecida como o “discurso do método” (*Th.* 1.20-2), que, se bem analisada, é antes uma exposição refutatória, um *priamel de negativas*, do que um manual de recomendações<sup>9</sup>. Por meio de uma análise do que o texto nos fornece materialmente, em vez de mapearmos os silêncios de Tucídides<sup>10</sup>, é possível chegarmos a dois principais critérios positivos elencados para o discurso acerca do passado e do presente, respectivamente: a) a ideia de uma reconstrução *o mais próximo possível* dos eventos tais quais teriam ocorrido (*hóti engútata*, 1.22.1), e b) a ideia da *autopsia* — seja por parte do próprio Tucídides, seja de terceiros — mencionada no mesmo trecho logo em seguida (*hoís te autòs parên kai parátôn állon hóson dynatòn akribéiai perì hekástou epexelthón*, 1.22.2). Ambas noções são praticamente de ordem leiga, aparentemente óbvias, mas elas necessitam de uma justificação argumentativa, não apenas impressionista.

Inicialmente, vale a ressalva de que o distanciamento entre essas duas instâncias talvez deva ser relativizado, uma vez que todo passado já foi um presente passível de *autopsia* ao mesmo tempo em que todo presente já é passado no momento da construção

---

<sup>8</sup> Um argumento muito próximo desse é encontrado, por exemplo, no conhecido artigo de Luigi Enrico Rossi, “I Generi Letterari e le Loro Leggi Scritte e Non Scritte nelle Letterature Classiche”. *Bulletin of the Institute of Classical Studies* vol. 18, no. 1 (1971): 69-94.

<sup>9</sup> Breno Battistin Sebastiani, “O problema da verdade em Tucídides”, in *Tecendo narrativas: unidade e episódio na literatura grega antiga*, ed. Christian Werner et alii. São Paulo: Humanitas, 2015: 205.

<sup>10</sup> Embora se trate de um critério interessante, mapear os silêncios periga em muitos momentos a falácia do preenchimento excessivo dos espaços vazios no texto por parte do seu examinador ou ainda o recurso ao argumento *ex silentio*, que considero problemático. Para o atual escopo, uma abordagem empírica me pareceu mais produtiva.

discursiva e necessita, portanto, de uma reconstrução *o mais próximo possível* dos fatos. Cada um desses critérios abarca a sua contraparte cronológica, de modo que a diferenciação entre o relato do passado e do presente, em última análise, se dissipa diante da interpenetração e interdependência que eles apresentam entre si. Se esquecido que o passado foi um presente, esquecemos também de um aspecto importante da sua fatura gnosiológica, a saber, de que modo aquilo foi então apreendido; se esquecido que o presente já se tornou um passado<sup>11</sup>, consideramos nos bastar em uma posição quase autoritária de recriação do evento, o que, pela soberba do pressuposto, pode incorrer em certos deslizos. Sendo que o distanciamento tão marcado entre relato do passado remoto e do passado recente (o presente) é uma caracterização antes estruturalista do que fundamental para a experiência discursiva, mais claro fica o enquadramento de ambas instâncias em dois expedientes retóricos específicos que se coadunam em uma mesma estratégia: frente a uma narrativa de eventos mais recuados, Tucídides adotaria a *enargeia*<sup>12</sup>, ao passo que, para tratar de fatos mais recentes, o historiador recorreria ao já citado argumento da *autopsia*<sup>13</sup>. Todavia, no que esses recursos se equivalem? Ora, enquanto a *autopsia*, referente ao “presente”, argumenta a contemporaneidade entre autor e fato, a *enargeia* funciona como um dispositivo de *superação da irrecuperabilidade dos acontecimentos* por intermédio da vivificação, praticamente de uma *inuentio* textual<sup>14</sup>, que torna presente o evento pretérito e, pela reanimação de seu objeto, *atualiza-o* e o torna coetâneo à sua recepção. A *enargeia* corta caminho para uma *autopsia* por parte da audiência, revigorando o passado *o mais próximo possível* tal qual ele teria se dado e suprimindo o argumento da simples *autopsia* por algo de uma mesma propriedade mas mais

---

<sup>11</sup> Sobre esse tema, Jonas Grethlein afirma: “Narrated and narrative time never coincide. Narrating always comes after experiencing” (“Experientiality and ‘narrative reference’. With thanks to Thucydides”. *History and Theory* vol. 49, no. 3 (2010): 322).

<sup>12</sup> Soares, Martinho Tomé Martins. “Ekphrasis e *enargeia* na historiografia de Tucídides e no pensamento filosófico de Paul Ricoeur”. *Talia Dixit* vol. 6, no. 1 (2011): 6; cf. também Grethlein, “Experientiality and ‘narrative reference’”, 326.

<sup>13</sup> Vale lembrar que em 1.1.2, Tucídides comenta sobre a impossibilidade de examinar com clareza (*saphôs heureîn*) o passado.

<sup>14</sup> Como bem demonstrou Grethlein (“Experientiality and ‘narrative reference’”, 316-7), a *inuentio* e a subsequente dissolução da experiência na construção discursiva encontraram destaque com a notória “linguistic turn”, o que gradativamente relegou a experiência a um lugar secundário e ensejou a discussão acerca dos modos narrativos; a tentativa de um retorno ao embasamento da experiência ajuda a vacinar a análise de certo solipsismo teórico.

veemente: agora não é mais o autor que testemunha, mas *é o próprio leitor que vê*<sup>15</sup>. O estilo remenda a evidência (ainda que ambos nunca operem sozinhos), mas, em outros aspectos, acaba sendo muito mais eficaz, no esforço discursivo de tornar a informação distante mais convincente.

A palavra de ordem aqui, antes de qualquer coisa, parece ser a de viabilizar a inteligibilidade dos fatos examinados, fazendo uso de um ou outro procedimento, contanto que um deles *baste* para a nitidez da demonstração. Como já tratado, esse mecanismo reduz a plurilogia própria dos acontecimentos, alinhando-os em um todo emoldurado, do que seria possível apontar o seu caráter expostiva e epistemologicamente problemático. Grethlein, entretanto, ao tratar da complementaridade entre narrativa e experiência, comenta sobre o conceito de *side-shadowing*, a saber, a construção de um discurso que, dentro de suas limitações, apresenta-se *sistêmico mas não esgotado*<sup>16</sup>. A ferramenta de exposição de Tucídides, o *logos*, deveria abarcar tanto o relato do passado remoto quanto do recente, encarado como o “presente”; sendo assim, conquanto tal suporte alavancasse a apresentação de seu objeto, ainda assim ele manifestaria restrições próprias. Adotar o *logos* significaria sujeitar-se à sua limitação, mas, ao mesmo tempo, reconhecer os seus limites seria justamente experimentar modos de superá-los<sup>17</sup>. Logo, se o discurso não permite um conhecimento total, se ele exhibe na mesma proporção em que omite, deve haver uma forma de assumir e suprir, ainda que parcialmente, essa lacuna. A técnica do *side-shadowing* parece executar esse papel, sintomaticamente admitindo a situação discursiva precária e apontando obliquamente para o extra-textual; referindo-se não somente ao que ocorreu, mas também ao não resolvido e ao que *pode ter*

---

<sup>15</sup> Trata-se da ideia da experiência da experiência, de fazer com que haja uma concomitância entre a perspectiva dos agentes históricos e da recepção do texto. O que está em jogo aqui é emular a abertura para o futuro antes vivida pelos agentes; cf. Grethlein, “Experientiality and ‘narrative reference’”, 320-2.

<sup>16</sup> Grethlein, “Experientiality and ‘narrative reference’”, 324-7.

<sup>17</sup> Enquanto o *logos* signifique, de certo modo, uma *forja* e uma plataforma que exige um *modus operandi* afim do empregado na ficção, ele não é necessariamente *de todo homólogo* à ficção, pois, como já salientado, parto da hipótese que os objetivos de diferentes qualidades implicam em leituras de diferentes qualidades, ainda que semelhantes em alguns aspectos, o que considero uma reserva importante a ser destacada aqui; cf. Grethlein, “Experientiality and ‘narrative reference’”, 318.

*acontecido*<sup>18</sup>: indicam-se as possibilidades do não dito no texto sem configurá-las em uma nova restrição<sup>19</sup>.

O texto admitiria, portanto, um controle de volumetria entre o atualizado e o potencial. O potencial, por sua vez, admitiria duas acepções: 1) a possibilidade além do horizonte de consciência do investigador (o que escapa à sua limitação epistemológica) e 2) a possibilidade além do horizonte de exposição do seu *logos* (o que escapa às fronteiras do seu modo de apresentação do objeto). Há aqui uma determinação recíproca: o atualizado, ao não exaurir o seu tema, enseja o potencial; ao passo que esse último, de modo a não ser um conteúdo flutuante, requer um completo processo de atualização posterior<sup>20</sup>. Há, portanto, no caso de Tucídides, duas formas de atuação coexistindo em um único discurso e, para entendê-las em seu aspecto epistemológico, gostaria de recorrer a um último argumento.

\*\*\*

---

<sup>18</sup> O que proponho é que é nesse sentido que o conceito de “abertura” pode ser mais vantajoso para encarmos o discurso historiográfico. A “abertura” antes refutada referia-se a uma posição *desinteressada* dos móveis textuais, pela qual um limbo epistemológico seria equivocadamente tomado como catalisador de novos significados (que, se bem analisados, desencadeariam um *loop* do mesmo problema hipoteticamente superado). O problema de uma visão configurada *estritamente* dessa forma é, em última análise, a sua incompatibilidade com a experiência humana e a inviabilidade de mediar e ver a complementaridade de ambas as instâncias, narrativa e experiência, referidas em Grethlein (“Experientiality and ‘narrative reference’”, 318-9). Vislumbrando o estado potencial das coisas, esquece-se da sua fenomenologia atualizada e pode-se errar pela *desmedida de virtualidade*. Essa “abertura”, em sua rebeldia epistemologicamente visceral, nada definiria, não retornaria ao seu ponto de partida, seria estática em sua tentativa de engendrar movimento. O texto não é apenas *criador* de sentidos, mas, infelizmente ou não, também *resultado* de sentidos.

<sup>19</sup> Cf. Sebastiani, “O problema da verdade em Tucídides”, 220: “A maior utilidade, teórica se não sobremaneira prática, sugerida ao leitor pela narrativa de Tucídides, não é a de ter revelado claramente uma abertura definitiva, garantidora ou redentora em qualquer dos dois níveis. Muito ao contrário, é a de ter sugerido que *há* abertura e que *há como* encontrá-la a despeito da nebulosidade do contexto investigador” (grifos do autor). Conquanto eu concorde com a primeira parte do argumento (a existência de uma abertura), considero mais interessante pensar que ela não se dá *apesar da nebulosidade*, mas talvez seja justamente uma *consequência* dessa mesma nebulosidade. Como é defendida por Sebastiani, a abertura parece um momento de clareza em meio ao indistinto; de outro modo, porém, é possível entendê-la como um índice do estado gnosiologicamente impreciso da investigação humana. A impossibilidade da retenção de todos os fatos. Por esse viés, a abertura nos permitiria antes um diagnóstico do próprio ser humano, de suas capacidades e limitações, do que da qualidade dos fatos. O corolário óbvio (e menos tautológico do que parece) seria de que toda a produção intelectual humana é proporcional à competência humana de *intelecção*, como trato a seguir.

<sup>20</sup> Tal processo completo poderia ser executado, por exemplo, pelo mesmo investigador ou ainda outro, do que se criaria um *continuum* de produção de determinado conhecimento, uma base de interações sobre determinados significados: a famosa “tradição de pesquisa”, ainda que não considero ser esse o caso de Tucídides, evidentemente.

Em seu *Tratado de Simbólica*, Mário Ferreira dos Santos esboça uma tipologia de eficiência que, embora esteja inicialmente preocupada com a ideia da criação psicológica de símbolos por participação em simbolizados, pode muito bem ser entendida com certa autonomia como uma tipologia simultaneamente ontológica e epistemológica<sup>21</sup>. Os termos do paradigma se restringem a três: as ideias de *deficiência*, *suficiência* e *proficiência*, que são descritas conforme o indivíduo participaria em maior ou menor escala do fato visado por intermédio do símbolo (e.g. artístico ou religioso)<sup>22</sup>. Descolando com algum cuidado o argumento do projeto original de seu autor e de sua raiz concomitantemente filosófica e religiosa, parece-me ser possível transferir, ainda que *didaticamente*, os mesmos componentes desse raciocínio substituindo a noção de “símbolo” pela ideia de “conhecimento” e, desse modo, obtermos uma gradação epistemológica que sintetiza nesses três itens bastante claros algo como, por exemplo, a “hierarquia epistêmica” em “treze passos” elaborada por Roderick Chisholm<sup>23</sup>. Se examinarmos a empreitada de inteligência humana qualificando-a como deficiente, suficiente ou proficiente não de forma holística, mas *em relação a um objeto específico* (que não deixa de ser uma forma do intelecto *participar* de um fato), talvez cheguemos a uma compreensão das forças atuantes dentro de um texto historiográfico antigo como o de Tucídides.

Entendo como *deficiente* aquele conhecimento que sequer margeia o que tem em fito, sendo insatisfatório para estabelecer até mesmo os contornos do seu objeto. Tal situação pode ocorrer *por natureza* (a desconexão cognoscitiva entre o investigador e a investigação) ou *por instrumentos*, como a ausência de quaisquer evidências que sustentem alguma pesquisa, a impossibilidade de recuperação de materiais ou fontes relevantes, entre outras inexequibilidades afins. Entendo como *proficiente* um tipo de

---

<sup>21</sup> Mário Ferreira dos Santos, *Tratado de Simbólica*. São Paulo: É Realizações, 2007: 71-9.

<sup>22</sup> Santos, *Tratado de Simbólica*, 77-8.

<sup>23</sup> As categorias por ele elencadas teriam seis graus positivos crescentes (na sua terminologia, 1. probable, 2. epistemically in the clear, 3. beyond reasonable doubt, 4. evident, 5. obvious, 6. certain), um grau antilógico (0. counterbalanced) e seis graus negativos decrescentes (-1. probably false, -2. in the clear to disbelieve, -3. reasonable to disbelieve, -4. evidently false, -5. obviously false, -6. certainly false), cf. Roderick Chisholm, *Theory of Knowledge*, 3rd edition. New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1989: 15-6, com justificativas para cada categoria. Enquanto não seja o caso de aceitar ou refutar a sua classificação aqui, apresento-a como um modelo possível que poderia aparecer em um segundo momento, de modo a matizar os conteúdos com maior especificidade, após um debate como o atual, referente à possibilidade eficientemente epistêmica do homem.

conhecimento que satisfaz *completamente* todas as contingências que, compósitas, engendram os fatos examinados. E, arrematando esses termos, considero *suficiência* aquilo que satisfaz, *dentro do âmbito da possibilidade*, as exigências próprias de um determinado objeto de análise, sendo *suficiência discursiva* o esforço de se transpor a realidade empírica (presenciada ou não) à realidade diegética e representá-la, e, do mesmo modo, *suficiência epistêmica* a maior aproximação possível que, por exemplo, o historiador obtém diante da irrecuperabilidade dos fatos. Entendidas dialeticamente, deficiência e proficiência unidas podem também gerar um tipo de suficiência homóloga à descrita acima. Vale ainda notar que esses itens não se adaptam à experiência humana de uma forma estanque e tão idealmente abstrata, mas com gradações internas de um polo a outro.

Nesse sentido, é possível começar a conceber a suficiência tucidiana: trata-se de um projeto em que o passado é *reabilitado* para o campo da consciência de elocução e para a recriação da recepção por meio da *enargeia* e do *side-shadowing*, recursos de compensação para certas deficiências expositivas ou investigativas; o texto ou evento reavivado ganha uma figura mais nítida que permitiria a sua leitura tal qual estivesse ocorrendo em um *hic et nunc* perene, reciclado de acordo com a posição ativa da audiência<sup>24</sup>. A *enargeia* permitiria a *autopsia* de quem não estava presente no evento narrado, e essa *construção textual* assumiria o papel de suprimir a defasagem epistemológica ou ainda o descolamento entre — com certa liberdade de expressão — o analista e o analisado. Além disso, a técnica de *side-shadowing* permitiria que o narrador abraçasse a impossibilidade de um relato total, escorado nos rascunhos extra-textuais que apareceriam aqui e ali em seu discurso, confirmando a posição que ele assume de não poder abarcar a plurilogia absoluta dos fatos<sup>25</sup>. O *logos* torna-se uma interface entre o narrador e o leitor, ou ainda entre o evento e o leitor, servindo como um *locus*

---

<sup>24</sup> Sebastiani, “O problema da verdade em Tucídides”, 207, 209.

<sup>25</sup> Cf. Martin Jay, “Historical Explanation and the Event”, 561-2, em que tal problema é esmiuçado. *Contra*, entendo que a emolduração de causalidades seria inevitável, devendo ser estipulada a partir de um posicionamento prudente e refletido do investigador, que realizaria alguns sacrifícios em nome de conciliar os eventos do modo que considerasse expositiva e factualmente mais adequado. Em nota, parece-me uma posição particularmente corajosa a de aceitar a responsabilidade de lidar com uma possível verdade enquanto tentativa humana de concatenação lógica de objetos distintos, sujeitos como ainda estão à paralaxe dos indivíduos interpretantes.

aproximativo da realidade tal qual examinada<sup>26</sup>. O que se vê, portanto, é a criação, por expedientes retóricos, de um ponto de coerência entre fato e observador, como uma tentativa de superar a precariedade de outro modo crítica que ocorreria entre essas duas instâncias. Conquanto o passado seja irrecuperável, o *hístor* assume a necessidade de resolver tal problema e o faz por meio de uma construção discursiva habilidosa, despossado que está da influência das Musas, as quais muito mais facilmente poderiam lhe garantir verdades pretéritas<sup>27</sup>. Sem a pretensão do resgate absoluto, Tucídides faz uso da proximidade, da expectativa, do *eikós*<sup>28</sup>, em um esforço flagrante de cercar algum evento ou fala de uma personagem histórica por meio de soluções discursivas que resolveriam dificuldades praticamente intransponíveis; assim, o historiador gera o que poderíamos chamar de uma *unidade representacional*, em que as experiências selecionadas criam um agrupamento coeso de componentes, não por um deslize intelectual, mas por consentir com a própria situação epistemológica da impossibilidade de um discurso integral da realidade. O que se vê aqui é uma intermediação entre o que poderíamos chamar de *report* e da *inuentio* já mencionada, criando uma categoria de verdade *suficientemente eficaz* para a redação da obra<sup>29</sup>: algo entre o evidente (patente) e o passível de evidenciação (latente). O translado demonstrativo e descritivo constante entre essas duas vias já seria o responsável por uma *criação de sentido*, o que talvez seja uma forma interessante de se encarar a *zétesis tês aletheías* tucididiana (1.20.3).

Logo, acompanhando o argumento de Grethlein (p. 327), eu defendo a operação conciliatória, que aqui significa admitir a tentativa de coordenar a experiência e a narrativa, em conformidade com a competência humana de intelecção dos fatos, e que nos rende um panorama talvez aquém da inifitudo dos acontecimentos, mas muito além da ignorância humana professada pelos cétricos e, no mais, muito *adequada* para os

---

<sup>26</sup> Sebastiani, “O problema da verdade em Tucídides”, 202, 206.

<sup>27</sup> Para outros mecanismos retóricos adotados por Tucídides, como as antilogias, cf. Plant, Ian. “The Influence of Forensic Oratory on Thucydides’ Principles of Method”. *The Classical Quarterly* vol. 49, no. 1 (1999): 62-73.

<sup>28</sup> Cujo significado em muito se aproxima do que, por um lado, será apresentado na *Retórica* de Aristóteles (1357a34-6) e, por outro, será criticado no *Fedro* de Platão (272d-e), por exemplo.

<sup>29</sup> Grethlein (“Experientiality and ‘narrative reference’”, 322-3), por exemplo, reconhece que, por mais que se busque uma *mimesis* do presente, todo discurso histórico é teleológico no sentido de ser posterior ao evento narrado, de tentar adequar as informações a uma visada convergente. As experiências são reorganizadas por uma posição onisciente retrospectiva, dado que a história é sempre revisionista — na impossibilidade da concomitância, o presente da narrativa se dobra ao passado do que é narrado.

próprios acontecimentos de ordem empírica. Somente quando se reconhece um princípio de transitividade inerente ao fato entre o atual e o potencial, entre o fechado e a abertura, que se torna possível vislumbrá-lo de uma forma mais contundente. De outro modo, incorrendo em uma assimetria desses termos, podemos acabar com um retrato epistemologicamente tautológico, em decorrência da própria metodologia unilateral que é utilizada. A verdade suficiente é o ponto de equilíbrio entre o conhecimento que está além do fechado e aquele que está aquém do aberto, situando-se estrategicamente em um espaço expositivo de não comprometimento parcial. A tentativa em si de alcançar essa verdade dos fatos, posto que esta é afim à situação ontológica do homem, representa o julgamento da adequação da empreitada humana para com a verdade, que, nesse caso, não deve ser entendida metafisicamente. Adicione-se a isso que a falibilidade desse projeto não precisa ser encarada como uma deixa para a desistência de sua formalidade, mas talvez como um indicativo das possibilidades a serem conquistadas por meio do *mesmo processo de investigação*<sup>30</sup>.

\*\*\*

Talvez seja essa a verdade almejada por Tucídides em sua *zétesis*: a verdade empírica, os fatos tais quais ocorreram (*tòn pólemon... hós epolémesan pròs allélous*, 1.1), cuja aplicabilidade do pressuposto pode ser, se não generalizada, ao menos testada. Posto que a experiência humana é afim aos fatos que ela enseja, titubeante entre o infinitésimo (que ela transpassa gnosiologicamente) e o infinito (diante da qual ela é deficitária), seja ele entedido como um único investigador ou como uma comunidade, *o sujeito é suficiente para a sua experiência*, porque esta participa do gênero humano enquanto criação e o que acontece posteriormente é apenas o movimento contrário e ativamente cíclico por parte do investigador: o processo inverso de *ele participar dela*. Experiência e reconhecimento da experiência, funcionando retroalimentativamente<sup>31</sup>. Sendo assim, o produto das ações humanas encontra a sua recepção mais apropriada na faculdade de inteligência humana, que lhe é substancialmente homóloga, gerando uma

---

<sup>30</sup> Diante da insuficiência de uma tentativa, pode haver outra posterior (do mesmo sujeito ou de outro) que a complementar e, em tal consecução de empreitadas cognoscitivas, teríamos a situação de uma suficiência epistemológica que é constantemente recriada por intermédio do cômputo total e ainda em formação da faculdade de inteligência humana em relação a determinado objeto.

<sup>31</sup> Dizer outra coisa seria distanciar ontologicamente o homem de sua experiência, o que nos levaria a outros meandros cuja argumentação não pretendo seguir aqui.

complementaridade exegética natural. Diante de certos entraves por um lado e facilidades por outro, há uma suficiência epistêmica em constante manutenção de seu próprio equilíbrio por parte do homem para com a verdade empírica. Parece-me que é partindo deste pressuposto implícito, *da sua capacidade de praticá-la*, que Tucídides dá início à sua exposição.

## REFERÊNCIAS

- ARISTOTLE. *Ars rhetorica*, ed. Ross, W. D. Oxford: Clarendon Press, 1954.
- CHISHOLM, Roderick. *Theory of Knowledge*, 3rd edition. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1989.
- GRETHLEIN, Jonas. “Experientiality and ‘narrative reference’. With thanks to Thucydides”. *History and Theory* vol. 49, no. 3 (2010): 309-330.
- JAY, Martin. “Historical Explanation and the Event: Reflections on the Limits of Contextualization”. *New Literary History* vol. 42, no. 4 (2011): 557-71.
- JAY, Martin. “Intention and Irony: The Missed Encounter Between Hayden White and Quentin Skinner”. *History and Theory* vol. 52, no. 1 (2013): 32-48.
- PLANT, Ian. “The Influence of Forensic Oratory on Thucydides’ Principles of Method”. *The Classical Quarterly* vol. 49, no. 1 (1999): 62-73.
- PLATO. *Opera*, vol. 2, ed. John Burnet. Oxford: Clarendon Press, 1901.
- ROMANO, Claude. “Compréhension d’un texte et intention d’auteur”, in *L’Intention*, ed. Mélika Ouelbani e Hans-Johann Glock. Tunis: Université de la Sorbonne Paris IV e Presses de l’Université de Tunis, 2010: 57-84.
- ROMANO, Claude. “La règle souple de l’herméneute”. *Critique* vol. 818, no. 7 (2015): 464-79.
- ROSSI, Luigi Enrico. “I Generi Letterari e le Loro Leggi Scritte e Non Scritte nelle Letterature Classiche”. *Bulletin of the Institute of Classical Studies* vol. 18, no. 1 (1971): 69-94.
- SANTOS, Mário Ferreira dos. *Tratado de Simbólica*. São Paulo: É Realizações, 2007.
- SEBASTIANI, Breno Battistin. “O problema da verdade em Tucídides”, in *Tecendo narrativas: unidade e episódio na literatura grega antiga*, ed. Christian Werner et alii. São Paulo: Humanitas, 2015.
- SKINNER, Quentin. “Meaning and Understanding in the History of Ideas”. *History and Theory* vol. 8, no. 1 (1969), 3-53.

SOARES, Martinho Tomé Martins. “*Ekphrasis e enargeia* na historiografia de Tucídides e no pensamento filosófico de Paul Ricoeur”. *Talia Dixit* vol. 6, no. 1 (2011): 1-23.

THUCYDIDES. *Historiae*, vol. 1, ed. Henri Stuart Jones e Johannes Enoch Powell. Oxford: Clarendon Press, 1967-70.